

Oficina Experiências e Apropriações em Patrimônio e Memória

Realização: Escola Judicial do TRT7 e Grupo de Estudo e Pesquisa Patrimônio e Memória (GEPPM)

Organização: Memorial da Justiça do Trabalho do Ceará – TRT7

Apoio: Departamento de História da UFC e CNPQ

Duração: 12 horas-aula

Data: 29, 30 e 31 de agosto de 2011

Horário: 8:00 às 12:00 hs

Local: Sala de aula da Escola Judicial – 4º. Andar – Anexo II

Número de vagas: 30

Material: textos

Inscrições: capacitacao@trt7.jus.br

Informações: 3388.9493 e 3388.9306

Objetivo: Contribuir com conhecimentos acerca dos temas memória e patrimônio no contexto social e institucional, como temas geradores de debates e reflexões sobre patrimônio cultural, história, sociedade e cidadania.

Público Alvo: profissionais das áreas de museus, arquivo, professores e alunos dos cursos de história, biblioteconomia e áreas afins.

Programa do Curso

Módulo I (4h) - Memória e Patrimônio

Ministrantes - Carlos Renato Freire – Licenciado em História/UECE

Janaina Muniz – Licenciada em História/UFC

Rayanna Moreira – Graduada de Licenciatura em História/UFC

Rogers Vidal – Licenciado em História/UFC

Esse módulo tem por objetivo introduzir as discussões sobre a relação entre Memória, História e Patrimônio levando em consideração as políticas patrimoniais como resultados de dinâmicas de lembranças e esquecimentos nas disputas entre grupos sociais, assim como a construção da memória como um ato de cidadania que inclui a ação do trabalho e seus sujeitos.

Módulo II (2h) - Patrimônio Material

Ministrantes - Jana Rafaella Maia Machado - Mestranda PEP/IPHAN

Diógenes Neto – Graduando em Ciências Sociais/UECE

Esse módulo “Patrimônio Material” têm por objetivo propor uma reflexão acerca dos conceitos de patrimônio material e preservação do patrimônio, para tanto, estuda o processo de institucionalização do patrimônio cultural, bem como, as leis e políticas públicas ligadas ao patrimônio, nas diferentes esferas de poder (federal, estadual e municipal). Deste modo, utiliza como fonte e objeto de estudo: textos sobre patrimônio, leis, fotografias e processos de tombamento, que permitem refletir os mecanismos que envolvem o campo do patrimônio.

Módulo III (4h) - Patrimônio Imaterial

Ministrantes - Cícera Barbosa – Mestranda em História Social/UFC

Israel - Graduado em História/UFC

Nas últimas décadas historiadores, sociólogos, geógrafos, arquitetos, antropólogos e educadores de um modo geral vêm se dedicando a produção de reflexões no campo do patrimônio cultural, possibilitando uma interação entre o saber produzido no meio acadêmico com as reivindicações de direito a preservação de memórias, objetos, práticas e saberes representativos de uma visão de pertencimento a determinado grupo, comunidade, ou nações. A noção de patrimônio transpõe a fronteira do "tangível" amplamente consolidada nos monumentos e objetos de valores históricos, arqueológicos e artísticos para enveredar em um terreno mais extenso a qual pertence a cultura, que abrange o campo do "intangível", acrescentando aspectos imateriais e processuais. As representações e práticas culturais outrora relegadas ao esquecimento passam a figurar entre as manifestações tradicionais e populares. Identificar, salvaguardar, registrar e difundir a cultura popular, como artesanato, festas, folguedos, culinária entre outros aspectos da cotidiano para ser o foco das políticas de preservação por parte de várias instituições de âmbito público e privado.

Módulo IV (2h) – Patrimônio Documental (2h)

Ministrante: Profa. Ms. Ana Carla Sabino Fernande. Doutoranda do PPG História UNISINOS-RS

Orientadora do Núcleo de Pesquisa Cultura e Memória; Memorial da Cultura Cearense-Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

A linha de estudo e pesquisa “História e Patrimônio Documental” têm por objetivo propor um debate acerca dos processos teóricos e metodológicos da investigação histórica em arquivos, tendo como fonte e objeto o documento. Deste modo, são significativos os estudos sobre as trajetórias de institucionalização e gestão dos arquivos públicos (de ordem corrente, intermediária ou permanente) no Brasil, em especial no Ceará, considerando as ações administrativas, legais e patrimoniais do CONARQ/ARQUIVO NACIONAL/IPHAN, dentre outras instituições responsáveis por políticas para os arquivos estaduais e municipais.

Bem como, análises dos procedimentos de descrição arquivística de conjuntos documentais, normatizados pela arquivística e apropriados pela história, que revelam as condições de uso e os elementos de identificação do documento de arquivo como instrumento de prova, informação, artefato, de valor histórico e patrimonial. Neste sentido, são pertinentes pesquisas com documentos de diversas espécies, gêneros e tipologias adotando, para tanto, os artifícios da micro-história, da operação histórica, do método indiciário, da prosopografia, e a metodologia diplomatista, ou seja, os tantos ensinamentos que sugerem a condição humana, a materialidade do documento/monumento/objeto, e o que pode está dito ou não-dito.